



Presidência da República  
Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Ata da 176ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA

1 Aos quatorze dias do mês de julho de dois mil e nove, às quatorze horas, na sala  
2 quatrocentos e vinte e cinco do anexo II do Ministério da Justiça, na Esplanada dos  
3 Ministérios em Brasília, foi realizada a centésima septuagésima sexta Reunião  
4 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a  
5 Presidência da Srª Carmem Silveira de Oliveira, Presidente do CONANDA e com a  
6 presença dos seguintes **Conselheiros**: *Representantes Governamentais Titulares*:  
7 Ivanildo Tajra Franzosi – Casa Civil; Francisco Antonio de Sousa Brito – suplente  
8 MDS; Danielle Firminiano dos Santos Gruneich – Ministério do Esporte.  
9 *Representantes de Órgãos Não Governamentais Titulares*: Miriam Maria José dos  
10 Santos – Inspetoria São João Bosco Salesianos; Fábio Feitosa da Silva – UBEE;  
11 Raimunda Núbia Lopes da Silva – CUT; Andréa Franzini – CNBB, Pastoral do  
12 Menor; Helen Crystine Corrêa Sanches – ABMP; Maria Julia Rosa Chaves Deptulski  
13 – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Ariel de Castro Alves –  
14 Movimento Nacional de Direitos Humanos; Maristela Cizeski – Organização de Ação  
15 Social/CNBB; Tiana Sento Sé – IBISS. *Representantes de Órgãos Não*  
16 *Governamentais Suplentes*: Andréa Aparecida Nezio Paixão – Federação Brasileira  
17 das Associações Cristãs de Moços, Sérgio Eduardo Marques Rocha, Aldeias  
18 Infantis; Glícia Thais Salmeron de Miranda – OAB; Djalma Costa – ANCED. **Item I –**  
19 **Abertura e aprovação da ata.** A Srª Carmem iniciou a reunião lembrando o décimo  
20 aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente e antes de entrar na pauta  
21 prevista, fez um relato da discussão que a mesa diretora fez sobre alguns pontos,  
22 onde o principal foi a montagem das pautas. Foi feita uma avaliação referente as  
23 plenárias das assembléias de agosto e setembro. Nesse sentido, foi sugerido uma  
24 ampliação da assembléia de agosto para quatro dias suprimindo a de setembro,  
25 ficando da seguinte forma: No dia dez de agosto que é uma segunda feira, teriam

26 pela manhã, a reunião da Comissão da 8ª conferencia e pela tarde uma oficina do  
27 CONANDA sobre os temas prioritarios. No dia onze, teleconferencia e reunião das  
28 Comissões. Dia doze, oficina do SINASE e a tarde começaria a plenaria, e dia treze,  
29 plenaria o dia inteiro. A conselheira Núbia registrou que ela e a conselheira Miriam  
30 estariam representando o CONANDA na plenária da CONAETI no dia onze, já  
31 justificando as ausências na reunião das comissões neste dia. Depois da pauta  
32 reorganizada foi aprovada. **Item II - Votação dos Destaques da Resolução dos**  
33 **Conselhos Tutelares.** A conselheira Glícia fez a leitura da minuta já com as  
34 propostas da conselheira Julia e as observações e as propostas da conselheira  
35 Miriam na PEC, para que os demais conselheiros fizessem seus destaques, já que  
36 não tinham lido antes. Foram feitas muitas sugestões e destacados vários pontos,  
37 razão pela qual, a Presidente Carmem disse ter sido bastante produtivo, porém  
38 continuar a discussão, seria descumprir a pauta já programada. Então, caberia a  
39 Secretaria Executiva fazer o reenvio do que precisa ser ajustado, indicando quem  
40 são os destacantes e os mesmos, fazer as propostas dos destaques para serem  
41 votadas na reunião de agosto. Foi sugerido que as alterações chegassem antes da  
42 reunião. Também ficou definido que em relação ao processo do PL e a PEC, só  
43 iriam se debruçar sobre eles depois da aprovação da resolução. A reunião continuou  
44 com o primeiro ponto de pauta do dia quinze. **Item III – Aprovação da Ata da**  
45 **Centésima Septuagésima Quinta Assembléia Ordinária.** Após ser apreciada,  
46 foram feitas pequenas correções, tendo sido aprovada. **Item IV – Apresentação do**  
47 **Relatório do Estado do Pará.** O relato foi sobre o caso acontecido na cidade de  
48 Portel, no Pará, que veio na mídia devido a matéria do fantástico que apresentou a  
49 situação de uma mãe que teria tido a intenção de vender a filha. A cidade apresenta  
50 uma pobreza muito grande e o CREAS mais próximo fica a três horas e meia de  
51 barco, sendo o acesso, ainda muito distante. A questão da gestão pública no sentido  
52 participativo, até pouco tempo atrás, estava quase totalmente ausente. O relator  
53 informou que lá não teve pré-conferência e nem a presença de criança e  
54 adolescente na conferência. Ficou clara a dificuldade do Conselho de Direito  
55 administrar e monitorar a rede para poder a rede estar sempre presente na  
56 conferência, destacando-se a dificuldade de entendimento, do que é diretriz, do que  
57 é ação dos municípios e estados. Em geral, destaca-se a pobreza, o quadro da  
58 banalização, das situações de abuso e exploração sexual. Quando se fala do  
59 primeiro eixo da universalização dos direitos no contexto da desigualdade, as

60 pessoas falam muito da necessidade mais forte de ter políticas públicas. **Item V -**  
61 **Apresentação do Programa de Proteção a Vida de Crianças e Adolescente**  
62 **Ameaçados de Morte – PPCAM/SPDCA.** A apresentação foi feita pela Sr<sup>a</sup> Márcia  
63 Soares que coordena esse programa na subsecretária. Antes de iniciar, apresentou  
64 os coordenadores de programas em diferentes estados que estavam presentes na  
65 plenária. Informou que o programa surgiu como uma derivação do PROVITA e que  
66 vêm adotando priorizar que o PPCAM convenie com os Estados, embora deva ser  
67 nesse momento, executado por ONGs. Deixou registrada sua admiração e respeito  
68 pelo coordenador Paulo Marques, que era Secretário Executivo do CONANDA.  
69 Disse que hoje, o programa de proteção, não é um programa isolado no que diz  
70 respeito à proteção e que ele é executado pela SPDCA. Disse ainda que o programa  
71 trabalha em duas vertentes: uma na proteção direta ao ameaçado e outra, com a  
72 idéia de prevenção, trabalhando sensibilização através de campanhas, pesquisa e  
73 responsabilização. Falou também que o programa de redução da violência letal é um  
74 programa que está sendo desenvolvido há um ano e meio pela secretária, junto com  
75 o UNICEF e que o observatório de favelas é um programa que prevê três momentos  
76 de trabalho. Um, que é mapeamento e sistematização, assistente de pesquisa e o  
77 desenvolvimento do índice de homicídio de adolescentes que faz a medição da  
78 letalidade de adolescentes. Disse que nada em proteção de adolescente é simples.  
79 É delicado e necessita uma avaliação casa a caso e vêm trabalhando num diálogo  
80 muito próximo com o judiciário para poder fazer essas definições. Em relação a  
81 proteção aos ameaçados, têm alguns procedimentos, retirando o ameaçado do  
82 local, inserindo em local seguro na perspectiva da proteção integral articulada com a  
83 rede de proteção inclusão no programa. Por este motivo, estão substituindo a  
84 medida de internação pela de proteção. Terminou convidando o CONANDA a  
85 participar do lançamento do índice de homicídio de adolescentes, que será feito para  
86 a imprensa, no Hotel Nacional, para fazer os parceiros entenderem melhor o que é o  
87 programa de redução da violência letal. O conselheiro André sugeriu à equipe que  
88 fortalecesse esse fluxo de informações de pesquisas de dados para o CONANDA.  
89 Foi dado um minuto para cada coordenador falar um pouco do trabalho nos seus  
90 Estados. Abrindo para debate o conselheiro Fábio se preocupou, dizendo que se  
91 não tomarem algumas atitudes precisariam construir mais centros de internação.  
92 Dentro disso, perguntou como está sendo essa interlocução do PPCAM nos  
93 estados, junto com o Conselho Estadual, com o Conselho Municipal, como que eles

94 estão sendo provocados para pensar em política pública, e como esse quadro pode  
95 ser revertido. Outra coisa é a questão da continuidade, como que isso entra dentro  
96 do processo, dentro da política do estado, como que está sendo a orientação para a  
97 questão dos próximos PPAS para que se garanta recurso. Já o conselheiro Ariel,  
98 perguntou quantos protegidos tem por estado e qual a previsão orçamentária para o  
99 ano que vem, qual é a contra partida do município e do estado. A conselheira Helen,  
100 perguntou se não há previsão do PPA, do governo federal, para implantação. A Sr<sup>a</sup>  
101 Márcia esclareceu respondendo a partir do último questionamento, dizendo que era  
102 uma ótima sugestão fazer um manual específico para área da justiça e que tem  
103 previsto para o segundo semestre um seminário no Recife, só para juízes e  
104 promotores que trabalham com os PPCAMS nos estados. Sobre metodologia, é  
105 implantação em outros estados, há previsão de implantação no estado de São Paulo  
106 com o convênio em 2010 e a implantação em 2011. Quanto ao orçamento de São  
107 Paulo, tem a previsão de implantação para o estado e outros formatos que estão  
108 sendo pensados, são os consórcios. Sobre orçamentos o programa de proteção tem  
109 previsão orçamentária de oito milhões e por estar no sistema de proteção, não pode  
110 ser contingenciado. No que diz respeito ao Espírito Santo, o programa de proteção  
111 lá tem um histórico próprio. O conselheiro André sugeriu para equipe, que possa  
112 fortalecer um pouco esse fluxo de informações de pesquisas de dados para o  
113 CONANDA como um todo. **Item VI – Informe Sobre as MSE no Estado do Espírito**  
114 **Santo, Agenda com a Diretoria do FONACRIAD, Carta de Salvador e estratégia**  
115 **de trabalho conjunto.** A vice-presidente do FONACRIAD falou da reunião com a  
116 Diretoria do CONANDA quando entregaram ao Secretário Executivo, Benedito dos  
117 Santos, a carta de Salvador, que foi resultante do Seminário Nacional do  
118 FONACRIAD realizado em dezembro do ano passado, destacando algumas  
119 questões que gostariam de chamar a atenção do Conselho Nacional, em relação ao  
120 projeto de lei 1.627 que já virou 134 no Senado e que para os gestores, haviam duas  
121 questões que precisam ser melhor discutidas. A primeira, é a questão da saúde  
122 mental do adolescente e o projeto de lei que apesar de tratar do assunto, trata de  
123 maneira superficial e não aborda a problemática que os estados têm enfrentado com  
124 relação a essa questão. A outra questão, é a punição dos gestores após o processo  
125 de avaliação. Ainda em relação a carta de Salvador, continuam pedindo o que  
126 consta do item, que é uma aproximação e articulação maior com o Ministério do  
127 Desenvolvimento Social ou com o GEMAS e FONCEIAS. Houve uma proposta

128 apenas de redação sobre a pactuação. Entenderam ser de extrema importância na  
129 medida em que estão pactuando a implementação efetiva do SINASE, de um  
130 sistema de informação, de um compromisso, de uma política inter setorial que cada  
131 gestor ficou de tentar implementar no seu estado. Outra questão é uma demanda do  
132 FONACRIAD, solicitando no sentido de que o FONACRIAD possa participar das  
133 reuniões da Comissão de Política Pública do CONANDA, onde são discutidas as  
134 questões do sistema sócio educativo e que também possa participar das reuniões  
135 plenárias, quando as questões do sistema sócio educativo forem objeto da pauta da  
136 plenária. Defendem que o sistema sócio educativo tem que manter os princípios do  
137 SINASE, da intersetorialidade. O conselheiro Djalma achou que a contribuição do  
138 grupo é extremamente positiva, no entanto, sobre a reivindicação na carta de  
139 Salvador, ela requer mais do CONANDA, do que só essa participação. E isso exige  
140 uma discussão mais qualificada. O conselheiro Ariel falou da falta de sintonia da  
141 assistência para a área de execução das medidas em meio fechado, ao que o  
142 conselheiro Francisco disse, que quanto a essa questão, têm pautado tanto no  
143 CONANDA como na comissão inter setorial, esses desafios que estão postos em  
144 relação à questão da execução e como na comissão, tem sido discutidas agendas  
145 do CONANDA trouxe uma proposta para que seja feita uma oficina em agosto,  
146 discutindo essa problemática em relação ao que foi posto ainda na carta de  
147 Salvador. Essa interlocução, a seu ver, tem avançado principalmente mais no nível  
148 federal e as estratégias de trabalho conjunto, o relator leu as propostas para depois  
149 serem discutidas. Foi sugerido que houvesse um relato da SDH sobre a  
150 implementação das ações do governo federal e deixar a parte do meio aberto com  
151 os destaques para fazerem o balanço. Também foi sugerido que o FONACRIAD e o  
152 GEMAS fossem chamados para fazer um relato, para depois chamar os que são  
153 mais centrais, sendo a primeira etapa um seminário interno e a segunda etapa, que  
154 a avaliação dos gestores pudesse acontecer no encontro do FONACRIAD, pelo  
155 meio dos gestores fechados e que o CONANDA pudesse participar no inteiro, mas  
156 com algumas pessoas que iriam lá e que poderiam trazer esse relato, nesse material  
157 de avaliação para o CONANDA. Em relação aos atores da segunda oficina, ficou  
158 para discussão posterior. **Item VII – Votação da Programação e Plano**  
159 **Operacional da 8ª Conferência( incluindo regimento interno e a proposta da**  
160 **Cidade dos Direitos.** Sobre o Regimento Interno foi acrescentada a contribuição de  
161 todos e a comissão aprovou a proposta disponibilizando para apreciação, o texto na

162 última versão. Foi feita a discussão sobre a oitava conferência com dois documentos  
163 para serem aprovados, onde um deles é uma proposta já da programação  
164 começando dia sete com a solenidade de abertura, com a composição de mesa com  
165 **o Presidente da República, Governador do DF, Secretario Especial de Direitos**  
166 **Humanos, Presidente do CONANDA e dois adolescentes; um menino e uma**  
167 **menina, o Representante do Congresso Nacional e o representante dos três poderes**  
168 **e as 19h, a inauguração da Cidades dos Direitos. Foram apresentados os nomes,**  
169 **para falar de universalização dos direitos, como proposta da comissão, tendo sido**  
170 **aprovado o nome do Márcio. Sobre enfrentamento da violência acho será consultado**  
171 **em primeiro lugar o Renato Roseno e não podendo, o segundo consultado será o**  
172 **Sérgio Adomo. Na mesa dois, gestão da política, o órgão que é responsável pela**  
173 **gestão política nacional dos direitos da criança e do adolescente é a SEDH. Sendo**  
174 **uma fala da Secretaria Especial de Direitos Humanos, a conselheira Júlia entendeu**  
175 **que a secretaria deve ficar à vontade para indicar quem irá compor a mesa. Sobre**  
176 **apoio financeiro, o MDS já sinalizou em apoiar publicações, a SEPIR e a Casa Civil**  
177 **também já se manifestaram. Foi votado o modelo do convite, do boné, a cor das**  
178 **camisetas, a logomarca e a participação nas conferências Estaduais. Em seguida,**  
179 **foi votado e aprovado os nomes para representar o CONANDA no SINTESE**  
180 **internacional de trabalhos de depoimentos especial. Malu, Tiana, Helen, Sérgio,**  
181 **Glícia Então vai estar representando o CONANDA, Helen, Malu, Glícia, Tiana e**  
182 **Júlia. Como suplente, o Sérgio. O CONANDA está apoiando esse evento através do**  
183 **fundo com a CEF, a WMV. Item VII - Informes Sobre Medidas Sócio Educativas**  
184 **do Espírito Santo. A relatora não leu o relatório, apenas colocou o mais importante**  
185 **e apresentou representante da SPDCA, Sr<sup>a</sup> Lúcia que está acompanhando de perto.**  
186 **Informou que com relação a SPDCA já teve a recuperação do redirecionamento dos**  
187 **blocos A e B daquela unidade de internação que é a UNIS com capacidade de 30**  
188 **adolescentes, com relação a recomposição da equipe foram contratados mais**  
189 **quarenta agentes que faltava para completar o quadro, foi feita uma solicitação para**  
190 **a Dr<sup>a</sup> Silvana e para o desembargador, o Doutor Ricardo, que intervissem junto ao**  
191 **juizado para que o sistema tivesse uma atividade conjunta de forma que os**  
192 **adolescente fossem informados dos seus processos. Porém, está tendo resistência**  
193 **do judiciário com relação a essa garantia dos adolescente terem esse acesso.**  
194 **Informou que o conselho está concedendo parecer da comissão para aprovação do**  
195 **plano estadual e será realizado o planejamento estratégico. A Sr<sup>a</sup> Lúcia acrescentou**

196 outras ações importantes dizendo que vão testar no estado, o evento na área das  
197 medidas de meio aberto para fortalecer e implantar mais no estado e nos municípios  
198 que não tem as medidas de meio aberto. Enfatizou que depois que terminou o  
199 mutirão do CNU, a corregedoria do Tribunal perguntou a Procuradoria Geral se os  
200 promotores estavam retirando o pedido de correção feito à vara e os promotores  
201 reafirmaram que não, o que é preciso que o CONANDA tenha muito clareza, pois a  
202 avaliação rotineira dos processos dos adolescentes em cumprimento, continua não  
203 sendo feita. O conselheiro Djalma entendeu que tinha uma questão de ordem sem  
204 prejuízo das propostas que estavam em andamento na mesa no caso do Espírito  
205 Santo, mas com o esvaziamento da sala não seria produtivo continuarem a reunião.  
206 Houve acordo para que as atividades da comissão fossem encerradas e que os  
207 pontos que ficaram pendentes fossem submetidos para a próxima assembleia.  
208 Finalizando, o conselheiro André informou a situação que encontrou em Rondônia  
209 que é exatamente a situação de calamidade do Espírito Santo, deixando registrado a  
210 necessidade urgente do CONANDA ter alguma intervenção nessa questão.

211